



ISSN: 2230-9926

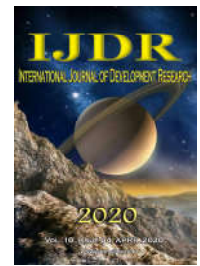
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 04, pp. 35427-35431, April, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.18720.04.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PERFIL DE VITIMADAS EM DELEGACIA DE MUNICÍPIO BRASILEIRO

¹Nathianny Pereira de Oliveira, ¹Ana Carolina Almeida Pereira, ¹Viviane Cordeiro de Queiroz, ²Danielle Aurília Ferreira Macêdo Maximino, ³Vagna Cristina Leite da Silva Pereira and ^{*3}Smalyanna Sgren da Costa Andrade

¹Enfermeira graduada pela Faculdade de Enfermagem Nova Esperança. João Pessoa - PB – Brasil; ²Enfermeira. Especialista em Saúde da Família pelo Programa de Pós-Graduação das Faculdades Nova Esperança. Docente do Curso de Graduação de Enfermagem da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança. João Pessoa - PB – Brasil; ³Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba. Docente do Mestrado Profissional em Saúde da Família da FACENE/FAMENE. Docente do Curso de Graduação de Enfermagem da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança. João Pessoa - PB - Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 08th January, 2020

Received in revised form

14th February, 2020

Accepted 06th March, 2020

Published online 30th April, 2020

Key Words:

Violência contra a Mulher; Maus-Tratos Conjugais; Ferimentos e Lesões; Trauma Psicológico; Saúde Pública.

*Corresponding author: Smalyanna Sgren da Costa Andrade,

ABSTRACT

Objetivou-se avaliar o perfil de vítimas de violência contra a mulher, tipos de violência, perfil do agressor e verificar associações estatísticas entre características das vitimadas e variáveis relacionadas à violência. Trata-se de estudo descritivo, documental retrospectivo, com abordagem quantitativa, realizado em delegacia da mulher em município brasileiro com 254 registros. Os dados foram analisados com estatística descritiva e inferencial por meio do Teste Quiquadrado e Exato de Fisher, com $p < 0,05$ para valores significativos. A pesquisa foi aprovada sob CAAE n. 83177618.3.0000.5179. Os resultados apontaram maioria entre 28-32 anos, no qual a violência física isolada (32,8%) ou associada aos outros tipos (32,8%) foi a mais prevalente (32,8%). A região da cabeça foi a mais atingida e o agressor mais frequente foi ex-companheiro (45%) e companheiro (39%). O estado civil ($p < 0,0001$) e tipos de violência ($p < 0,0001$) associaram-se à relação de parentesco do agressor com a vítima. A religião do agressor ($p = 0,026$) foi associada ao tipo de violência. Os dados trouxeram um diagnóstico situacional de mulheres vítimas de violência, oferecendo subsídios para implementação de estratégias futuras direcionadas ao perfil de vítimas que se assemelha a esta condição de vulnerabilidade.

Copyright © 2020, Nathianny Pereira de Oliveira et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Oliveira NP, Pereira ACA, Queiroz VC, Macêdo DAF, Pereira VCLS, Andrade SSC. "Violência contra a mulher: Perfil de vitimadas em delegacia de município brasileiro", *International Journal of Development Research*, 10, (04), 35427-35431.

INTRODUCTION

A violência contra a mulher é entendida como alguma ação, prática ou atitude violenta que resulte como consequência a morte ou qualquer tipo de prejuízo, seja ele sexual, moral, psicológico ou físico, os quais violam a integridade, a dignidade humana das mulheres, a qualidade de vida das vítimas e o processo saúde-doença. A violência é considerada um acontecimento de várias dimensões e um problema de saúde pública que atinge mulheres de várias idades e etnias (Kane et al., 2016). Diariamente e em todo o mundo, um grande número de mulheres é submetido a alguma forma de violência. No Brasil, o Ministério dos Direitos Humanos

divulgou que no primeiro trimestre de 2018, foram relatados 79.661 casos de violência, destes, quase 80%, ou seja, 63.116 registros foram de violência doméstica. Dos casos de violência doméstica, mais da metade (53,6%) se enquadraram em violência física, 29,5% psicológica e 5,8% sexual (Brasil, 2018). Ainda sobre a magnitude desta problemática, em 2019, a mais recente publicação do Mapa da Violência sobre feminicídio, revelou que entre 83 países, o Brasil continua na 5ª colocação em morte de mulheres, com cerca de 16,9 mortes/100 mil mulheres. Nesta mesma declaração, o Estado da Paraíba atingiu a 4ª colocação, com 12,4 mortes/100 mil mulheres. Em se tratando da capital, João Pessoa é o 2º município com mais morte de mulheres, com 11,7 mortes/100 mil mulheres (IPEA, 2019). Somente após a criação da Lei nº

11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher tornou-se algo expressivo e com grande visibilidade. Em 2015, após quase uma década de luta, esse tipo de violência passou a ser determinado como crime específico, cujas punições aos infratores foram ajustadas (Silva et al., 2015). Sobre isso, a área da saúde desempenha papel relevante no que tange os cuidados com as repercussões negativas geradas pela violência contra a mulher, demandando proteção à vítima, assistência aos agravos físicos, sociais e psicológicos. Por isso, considerando a violência contra a mulher um desrespeito à vida humana, questionou-se: Quais as características relacionadas às vítimas de violência registradas em repartição pública de capital brasileira? Para tanto, objetivou-se avaliar o perfil de vítimas de violência contra a mulher e suas associações estatísticas através de inquéritos impressos disponíveis em delegacia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo, documental retrospectivo, com abordagem quantitativa, desenvolvido em uma delegacia especializada de atendimento à mulher de município brasileiro. O universo populacional consistiu nos registros oficiais de violência contra a mulher coletados na repartição pública. Vale salientar que o município possui duas delegacias para esta demanda. Todavia, a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), foco deste estudo, é referência estadual, devido à sua inserção na Central de Polícia Civil do Estado. Os critérios de inclusão foram: os registros impressos disponíveis no serviço e que versassem sobre violência contra a mulher do último ano (2017). Os anos anteriores não dispunham de impressos, pois tinham sido sistematizados eletronicamente e o acesso ao sistema não era de domínio público. A inserção dos dados no sistema de informação ocorre sempre no ano posterior. Por isso, o acesso aos registros de 2017 foi autorizado.

A amostra foi calculada com população finita de 535 inquéritos, margem de erro 5%, nível de confiança de 95% e $z = 1,96$. A proporção das mulheres no mundo que sofreram algum tipo de violência física e/ou sexual do companheiro ou de alguém desconhecido é de aproximadamente 35% (Brasil, 2018). Logo, com $p=0,35$ e acrescentado 0,2 (percentual de perdas), nos casos em que o registro possuía incompletude nas informações para atender aos objetivos do estudo. A amostra significativa foi de 254 inquéritos.

O instrumento para coleta de dados foi um instrumento estruturado contendo: ano, idade, naturalidade, bairro, cor/raça, orientação sexual, profissão, estado civil, tipo de violência e perfil do agressor, conforme inquéritos da delegacia. Nestes registros não constavam variáveis relacionadas à escolaridade, renda e paridade da mulher. Os dados foram coletados estritamente na repartição pública. A coleta aconteceu no mês de março e abril de 2018. Os dados foram compilados e analisados com o auxílio do programa *International Business Machines (IBM) Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 21.0, com uso de estatística descritiva e inferencial. Os testes de associação utilizados foram o Qui-quadrado e Exato de Fisher. Os resultados foram estatisticamente significativos com $p<0,05$, expostos em forma de tabelas. Por se tratar de estudo documental, foi utilizado o termo de ausência de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com aprovação sob CAAE n. 83177618.3.0000.5179.

RESULTADOS

Os inquéritos analisados demonstraram que 142 (56%) eram naturais de João Pessoa, enquanto 112 (44%) nasceram em outras cidades e muitas residiam na capital paraibana. Sobre as zonas geográficas, 228 (90%) era da zona sul, 12 (4,7%) oeste, 7 (2,7%) leste, 4 (1,5%) norte e 3 (1,1%) provinham de bairros de outras cidades. Na tabela 1 estão às características sociodemográficas das mulheres vítimas de violência em delegacia de município brasileiro.

Tabela 1. Aspectos sociodemográficos das mulheres vítimas de violência. João Pessoa, PB, Brasil, 2018 (N=254)

Variáveis		
Idade (Média ± DP)	31,65±9,395	
Idade (Faixa etária em anos)	f	%
<18 anos	2	0,8
18 – 22	41	16
23 – 27	44	17,2
28 – 32	69	27
33 – 40	56	22
>40 anos	42	17
Etnia	f	%
Branca	105	41,3
Parda	93	36,6
Preta	43	17
Amarela	13	5,1
Estado Civil	f	%
Solteira	118	46
União estável	63	25
Casada	46	18
Separada	22	9
Viúva	5	2
Orientação sexual	f	%
Heterossexual	249	98
Homossexual	4	1,6
Bissexual	1	0,4
Ocupação/profissão	f	%
Do Lar	51	20
Autônoma	32	12,5
Desempregada	20	7,9
Empregada Doméstica	20	7,9
Profissional da saúde	18	7
Estudante	15	6
Aposentada	2	0,7
Outras profissões*	96	38

*Agrupamento de profissões com baixa frequência.

De maneira descritiva, ainda em relação às características das vítimas, sobre presença de transtorno ou deficiência mental, 246 (97%) não apresentavam nenhum problema mental, enquanto 8 (3%) possuíam algum tipo de transtorno ou deficiência. Destas, 7 (87,5%) apresentavam transtorno mental e 1 (12,5%) apresentava deficiência auditiva.

Na tabela 2 é possível visualizar o perfil da violência contra a mulher, evidenciado nos inquéritos. De maneira descritiva, sobre a naturalidade do agressor, 163 (64%) eram da capital, 82 (32%) de outras cidades do Estado e 9 (4%) casos foram subnotificados. Em relação à zona geográfica, 201 (79,1%) eram da zona sul, 15 (6%) norte, 15 (6%) oeste, 7 (2,7%) leste, 7 (2,7) eram de bairros de outras cidades. Houve 9 (3,5%) casos de subnotificação. Quanto à caracterização das pessoas que cometem violência contra a mulher, 70 (28%) tem entre 33 e 40 anos, 62 (24%) tem mais de 40 anos, 48 (19%) tem entre 23 e 27 anos, 44 (17%) tem entre 23 e 27 anos, 21 (8%) tem entre 18 e 22 anos e houve 9 (4%) casos de subnotificação.

Tabela 2. Tipos de violência contra a mulher e regiões do corpo atingidas. João Pessoa, PB, Brasil, 2018 (N=254)

Variáveis	f	%
Tipos de Violência		
Física	83	32,8
Física ^(*)	83	32,8
Moral	40	16
Psicológica ^(*)	16	6
Sexual	12	4,8
Psicológica	10	4
Patrimonial	6	2
Patrimonial ^(*)	4	1,6
Regiões do corpo		
Cabeça e outras regiões	61	24
Cabeça	55	22
Membros Superiores	8	3
Membros Inferiores	5	2
Costas	4	1,6
Tórax	2	0,8
Abdome	2	0,8
Outras regiões	2	0,8
Sem marcas	28	11
Subnotificadas	87	34

Os registros subnotificados foram aqueles em que a mulher não foi vítima de agressão física. ^() Somado a outros tipos de violência.

Tabela 3. Associação entre relação de parentesco do agressor com a vítima com estado civil, tipos de violência, religião e etnia. João Pessoa, Paraíba, 2018

		Relação de parentesco do agressor com a vítima					p
Variáveis		F	C	EC	D	O ^(a)	
Estado civil (N=253)	Casada	2	37	3	1	3	<0,0001 ^(b)
	Solteira	11	8	87	5	6	
	Viúva	0	0	2	0	3	
	Separada	1	2	17	0	2	
	União estável	0	53	6	2	2	
Tipos de violência (N=253)	Física	2	37	40	0	4	<0,0001 ^(b)
	Psicológica	2	2	3	0	3	
	Sexual	2	0	2	7	1	
	Moral	0	17	18	0	5	
	Patrimonial	3	3	0	0	0	
	Física e outros	3	35	40	1	3	
	Psicológica e outros	2	6	8	0	0	
	Patrimonial e outros	0	0	4	0	0	
Religião (N=245)	Católico	5	29	47	-	5	0,141 ^(b)
	Evangélico	2	30	19	-	7	
	Não tem	7	39	42	-	3	
	Budista	0	1	2	-	0	
	Espírita	0	1	4	-	0	
	Ateu	0	0	1	-	1	
Etnia (N=245)	Branco	3	24	29	-	5	0,918 ^(b)
	Pardo	7	58	61	-	9	
	Preto	4	18	25	-	2	

F (Família); C (Companheiro); EC (Ex-companheiro); D (Desconhecido); O (Outros) ^(a) Colegas de trabalho, vizinhos, amigos. ^(b) Teste Exato de Fisher.

Em relação ao grupo étnico, 135 (53) eliciaram serem pardos, 61 (24%) afirmaram serem brancos, 49 (19%) disseram serem pretos e 9 (4%) casos foram subnotificados. Já quanto à religião, 91 (35,4%) relataram não terem religião, 86 (34%)

são católicos, 58 (23%) são evangélicos, 5 (2%) são espíritas, 3 (1%) são budistas e 2 (0,6%) são ateus. Houve 9 (4%) casos de subnotificação. Ao verificar a ocupação dos entrevistados, 40 (16%) são profissionais de construção civil, 35 (14%) são desempregados, 31 (12,2%) são autônomos, 29 (11,4%) profissionais do comércio, 21 (8,2%) são motoristas, 21 (8,2%) funcionários públicos, 10 (3,9%) são auxiliares de serviços gerais, 10 (3,9%) profissionais administrativos, 9 (3,5%) são estudantes, 9 (3,5%) são mecânicos, 7 (2,7%) são aposentados. Houve 9 (3,5%) casos de subnotificação.

Tabela 4. Associação entre tipo de violência com estado civil da mulher, zona geográfica conforme bairro de moradia da mulher, região do corpo acometida e religião do agressor. João Pessoa, Paraíba, 2018

Variáveis	F	P	S	M	PA	FM	PM	PAM
Estado civil (n=254) p-valor = 0,226								
Casada	13	0	2	10	2	13	6	0
Solteira	38	6	8	13	2	41	7	3
Viúva	1	1	0	1	0	2	0	0
Separada	6	2	0	7	1	4	1	1
União estável	25	1	2	9	1	23	2	0
Zona geográfica (n=254) p-valor = 0,400								
Norte	3	0	1	0	0	0	0	0
Sul	72	10	9	37	6	76	14	4
Leste	1	0	1	2	0	2	1	0
Oeste	6	0	1	0	0	5	0	0
Outra cidade	1	0	0	1	0	0	1	0
Região do corpo afetada (n=167) p-valor = 0,120								
Cabeça	31	0	-	-	-	24	-	-
Tórax	2	0	-	-	-	0	-	-
Abdomen	1	0	-	-	-	1	-	-
Membros inferiores	2	0	-	-	-	3	-	-
Membros superiores	2	1	-	-	-	5	-	-
Costas	3	0	-	-	-	1	-	-
Cabeça e outras	30	0	-	-	-	31	-	-
Outras regiões	2	0	-	-	-	0	-	-
Sem marcas visíveis	10	0	-	-	-	18	-	-
Religião do agressor (n=245) p-valor = 0,026*								
Católico	31	0	2	18	3	27	5	0
Evangélico	25	5	0	8	1	13	3	3
Budista	1	0	0	0	0	1	1	0
Espírita	1	0	1	0	0	3	0	0
Ateu	0	1	0	0	0	0	1	0
Sem religião	25	4	2	14	2	37	6	1

F (Física); P (Psicológica); S (Sexual); M (Moral); PA (Patrimonial); FM (Física e Mais outros tipos de violência); PM (Psicológica e Mais outros tipos de violência); PAM (Patrimonial e Mais outros tipos de violência) *Teste Exato de Fisher.

De maneira descritiva, cabe ressaltar que 244 (96%) dos agressores não possuíam nenhum tipo deficiência, apenas 1 (0,4%) caso foi registrado como agressor deficiente, mas não havia especificação sobre deficiência física ou psicológica. Ainda sobre esse dado, 9 (3,6%) casos foram subnotificados. Quanto a relação do agressor com a vítima, 115 (45%) eram ex-parceiros, 100 (39%) parceiros, 9 (4%) desconhecido, 7 (3%) irmão(a), 3 (1,2%) pai, 2 (1%) mãe, 1 (0,4%) madrasta, 1 (0,4%) padrasto, e 15 (6%) foram categorizados como outros, perfazendo agressores como colegas de trabalho, vizinhos, sogro e genro. Dentre os agressores, 156 (61%) apresentavam filhos com a vítima, 88 (35%) não possuíam esse vínculo parental e 9 (4%) casos foram subnotificados. O estado civil ($p < 0,0001$) e tipos de violência ($p < 0,0001$) associaram-se significativamente à relação de parentesco do agressor com a vítima (Tabela 3). A religião do agressor ($p = 0,026$) foi associada significativamente ao tipo de violência (Tabela 4).

DISCUSSÃO

Neste estudo, a maioria das mulheres vítimas de violência esteve na faixa etária entre 28-39 anos, branca, solteira, heterossexual, sem ocupação remunerada, sem deficiência ou transtorno mental. Sobre isso, pesquisa de revisão corrobora com os dados deste estudo, sendo apenas a etnia o item divergente. No estudo descritivo, realizado em Petrolina, 63% da população estudada se autorreferiram como parda e 40% possuíam estado civil ignorado. Diante disso, percebe-se o aumento da violência em um público de estado civil solteiro, embora a situação conjugal demonstre parceria, o que é subevidenciado nas pesquisas, haja vista a conformação dos sistemas de notificação (Viana *et al.*, 2018). A violência doméstica não restringe apenas um estrato social, embora as mulheres com condições socioeconômicas piores sejam as mais atingidas (Guimarães *et al.*, 2018). Nesta pesquisa, a violência física isolada e também somada aos outros tipos de violência foi a mais prevalente nos registros. Quanto às regiões do corpo, a cabeça somada às outras partes do corpo foi a de maior proporção (Tabela 2). Machucar o rosto pode ser sinônimo de humilhação e destruição do valor social da beleza feminina (Guimarães *et al.*, 2018). Por isso, acredita-se que o número de agressão nos membros superiores pode ser justificado pela posição defensiva da mulher, na intenção de diminuir o impacto que a agressão causaria em sua face, devido às chances de maior visibilidade da violência. Na maioria dos casos de agressão, diversas mulheres não desejam que a sociedade identifique aquilo que ela vivencia em seu lar. Por isso, infere-se que a região do rosto consiste na área de maior preferência do agressor, o qual expressa força e poder.

Estudo caso-controle sobre violência doméstica, realizado com mulheres atendidas em serviço de urgência e emergência, apontou prevalência de 97,4% de violência física, cuja região mais afetada é a cabeça com 39,5% dos casos, seguida de 21,8% dos registros apontando membros superiores (Garcia *et al.*, 2016). Sobre os agressores, a idade média era de 31,65 anos (DP±9,395), cuja faixa etária se concentrava entre 33-40 anos, com etnia parda, estado civil solteiro, sem religião definida e ocupação condizente com a construção civil (Tabela 3). Além disso, a relação de ex-parceria foi a mais indicada pelas mulheres. No Paraná, pesquisa apontou 82,4% de agressores assalariados, com 42,3% desempregados, seguidos de 27,7% com ocupação na construção civil e 15,4% trabalhadores do comércio. Além disso, os agressores mais frequentes eram parceiros, ex-parceiros, filhos e irmãos. Os autores afirmaram que o pai pratica em maior número as violências físicas e sexuais, e quantos aos desconhecidos, todos perpetraram violência sexual (Madureira *et al.*; 2014). Parceiros, pessoas próximas ou até desconhecidas são os agressores mais indicados na literatura (Lucena *et al.*, 2017). Além das lesões ocasionadas pelo trauma físico, cujas consequências podem levar à morte, o resultado da violência perdura, sobretudo, sobre os aspectos emocionais da vítima, cujo impacto reverbera durante toda a vida. As mulheres podem desenvolver sofrimento mental, apresentando insônia, depressão e ansiedade (Garcia *et al.*, 2016 & Guimarães *et al.*, 2018). A violência contra a mulher apresenta um panorama singularizado, visto que é executada por um agressor que mantém/manteve relações particulares com a vítima (Lucena *et al.*, 2017). Infelizmente, o principal motivo relacionado à permanência da mulher com o agressor é a dependência financeira. Cidades cuja cultura machista ainda perdura como cerne social, o homem ocupa a posição de provedor da casa,

gerando um ciclo de indissociação do casal, devido às condições socioeconômicas, de subserviência e sobrevivência (Teixeira *et al.*, 2015). Quanto aos testes de associação, o estado civil apresentou significância com relação de parentesco do agressor com a vítima. As maiores prevalências apontaram ex-companheiro com a vítima solteira e o companheiro com vítimas de estado civil casadas ou em união estável ($p < 0,0001$). Este estudo revelou a relação da violência física perpetrada por ex-companheiros. A violência física junto aos outros tipos de violência possuiu como principal agressor o companheiro e ex-companheiro. A violência sexual é mais prevalente entre os desconhecidos ($p < 0,0001$) (Tabela 4). Companheiros e ex-companheiros predominam, com mais da metade dos casos, como autores das agressões, que geralmente são indivíduos do sexo masculino (GARCIA *et al.*, 2016). Além disso, 90% das mulheres indicam o receio de serem agredidas sexualmente. Sob esta ótica, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou que uma a cada três mulheres no mundo, já foram violentadas fisicamente e/ou sexualmente por seus companheiros ou desconhecido (OMS, 2019). Agressores sem religião e católicos tendem a executar a violência física unida a outros tipos de violência. Os evangélicos realizam a violência física isoladamente ($p = 0,026$) (Tabela 5). Apesar da violência se constituir como multifatorial, alguns fatores sociais como situação conjugal, etnia e religião devem ampliar a perspectiva dos órgãos de proteção às mulheres. Estudo realizado em Salvador com adolescentes sobre a violência intrafamiliar retrata de forma contraditória a pesquisa a religiosidade do agressor, no qual 63% não possuíam religião (Teixeira *et al.*, 2015).

Conclusão

O estudo demonstrou a prevalência de mulheres vitimadas em fase economicamente ativa (28 - 39 anos), de etnia branca, solteira, heterossexual e sem ocupação remunerada. A violência física foi a mais prevalente, cuja agressão foi mais dirigida à região da cabeça. O perfil do agressor foi também em fase economicamente ativa (33 - 40 anos), etnia parda, solteiros e principalmente profissionais da construção civil. Agressores como ex-companheiro, companheiro, sem religião, católicos e evangélicos perpetraram, em grande parte das vezes, violência física isolada ou associada aos outros tipos. A violência sexual é proveniente de agressores desconhecidos. Espera-se que os dados possam auxiliar no planejamento de estratégias na segurança e na saúde pública, proporcionando o empoderamento das mulheres com este perfil de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. (2018). *MDH divulga dados sobre feminicídio*. [Internet] Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contras-as-mulheres>>
- Garcia, L. P., Duarte, E. C., Freitas, L. R. S., & Silva, G. D. M. (2016). Domestic and family violence against women: a case-control study with victims treated in emergency rooms. *Cad. Saúde Pública*, 32(4). DOI: 10.1590/0102-311X00011415
- Guimarães, R. C. S., Soares, M. C. S., Santos, R. C., Moura, J. P., Freire, T. V. V., & Dias, M. D. (2018). Impact on the self-esteem of women in situations of domestic violence attended in Campina Grande, Brazil. *Rev Cuidarte*, 9(1): 1988-97. DOI: 10.15649/cuidarte.v9i1.438

- Ipea. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência 2019. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.
- Kane, J. C., Hall, B. J., Bolton, P., Murray, L. K., Ahmed, A. M. A., & Bass, J. K. (2016). The Association of Domestic Violence and Social Resources With Functioning in an Adult Trauma-Affected Sample Living in Kurdistan, Northern Iraq. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(24), 3772-91. DOI: 10.1177/0886260516639582
- Lucena, K. D. T., Vianna, R. P. D., Nascimento, J. A., Campos, H. F. C., & Oliveira, E. C. T. (2017). Association between domestic violence and women's quality of life. *Rev. Latino-am. Enferm*, 25. DOI: 10.1590/1518-8345.1535.2901
- Madureira, A. B., Raimondo, M. L., Ferraz, M. I. R., Marcovicz, G. V., Labronici, L. M., & Mantovani, M. F. (2014). Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Esc. Anna Nery*, 18(4), 600-6. DOI: 10.5935/1414-8145.20140085
- Oms. Organização Mundial de Saúde. *Violência contra as mulheres é uma das mais graves e amplas questões de saúde pública*. [Internet] 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/25/uma-em-cada-tres-mulheres-ja-sofreu-violencia-fisica-ou-sexual-diz-oms.ghtml>>
- Silva, L. E. L., & Oliveira, M. L. C. (2015). Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 20(11), 3523-32. DOI: 10.1590/1413-812320152011.11302014
- Teixeira, S. V. B., Moura, M. A.V., Silva, L. R., Queiroz, A. B. A., Souza, K. V., & Netto, L. A. (2015). Intimate partner violence against pregnant women: the environment according to Levine's nursing theory. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 49(6), 882-8. DOI: 10.1590/S0080-623420150000600002
- Viana, A. L., Lira, M. O. S. C., VIEIRA, M. C. A., SARMENTO, S. S., & SOUZA, A. P. L. (2018). Violência contra a mulher. *Rev. Enferm. UFPE Online*, 12(4), 923-9. DOI: 10.5205/1981-8963-v12i4a110273p923-929-2018
